



## **Carta Final do I Encontro Docente da UFRB**

Nos dias 29 e 30 de abril de 2011 ocorreu o **I ENCONTRO DOCENTE DA UFRB** promovido e organizado pela Associação dos Professores do Recôncavo – APUR, que contou com a presença de professores de todos os Centros de Ensino da UFRB. O documento que se segue é o resultado das discussões realizadas e tem por objetivo central suscitar o debate entre os pares e, ao mesmo tempo, apresentar os desafios e os caminhos que marcarão a trajetória da APUR no biênio 2011-2012.

Inicialmente discutiu-se as ações com o objetivo de fortalecer e consolidar a APUR junto ao conjunto d@s docentes da UFRB. Na ausência de um diagnóstico oficial do corpo docente da instituição, foi proposto a realização de uma pesquisa com a finalidade de conhecer o perfil dos(as) professores(as). Quem são esses (as) professores(as)? Qual a sua experiência e trajetória acadêmica? Qual o posicionamento dos mesmos(as) frente aos desafios e problemas enfrentados pela categoria docente na atualidade? Trata-se, portanto, de uma pesquisa que visa balizar as ações da APUR junto aos seus filiados, mas também aos que ainda não se filiaram. Para a construção do instrumento acima referido foram indicados (as) seguintes docentes, a saber: Luiz Paulo Jesus de Oliveira (CFP), Jesus Manuel Delgado Mendez (CCAAB), Iolanda Carvalho de Oliveira (CCAAB) e Herbert Toledo Martins (CAHL).

Ainda com o objetivo de fortalecer a APUR, discutiu-se as relações entre a APUR e a APUB. Ficou decidido que a atual Diretoria deve fazer um levantamento junto à PROGEP sobre o número real de filiados à APUB existente na UFRB, e de divulgar documento esclarecendo a tod@s os docentes o real significado de se estar filiado a APUB. Nesse sentido, será encaminhada consulta junto ao jurídico do ANDES-SN para os devidos esclarecimentos, posto que após derrota sofrida na justiça a APUB teve seu pedido de desfiliação ao ANDES-SN negado, significando que temos duas associações dentro de um mesmo território, o que é contrário à legislação em vigência. Debateu-se também a situação d@s professores(as) com dupla filiação e foi acordado que se proceda a um levantamento desses(as) docentes com o intuito de encaminhar à APUB via carta registrada uma desfiliação coletiva. E que após esse movimento se

esperasse a atitude da atual diretoria do sindicato de Salvador e, caso permanecesse a atual política de descaso e protelamento fosse então acionado o jurídico do ANDES-SN.

A respeito do plano de saúde, decidiu-se pela divulgação de documento informando a tod@s docentes que o atual plano de saúde da APUB, segundo informação da própria presidente da associação na abertura do encontro, é um plano aberto a qualquer docente sem nenhum condicionante de filiação a APUB. Desde modo, não é verdade que é preciso ser filiado a APUB para continuar membro do referido plano.

No âmbito dos Centros deliberou-se que fosse resolvida via Assembléia local a situação de vacância dos Representantes Sindicais, caso do CFP, CCS, CETEC e CCAAB. Nesse sentido, que fossem eleitos dois representantes titulares e seus respectivos suplentes conforme determina o Regimento da APUR:

ART. 22º - O mandato dos membros do Conselho de Representantes é de 2 (dois) anos, com eleição e posse simultânea às da Diretoria.

§ 1º - Caso não sejam preenchidas todas as vagas na eleição do Conselho de Representantes, a Assembléia Geral posterior à eleição, deverá eleger novos conselheiros para preencher as vagas remanescentes.

Além disso, que os atuais membros da Diretoria e os representantes sindicais reivindicassem junto aos Diretores do Centro espaço para abrigar os núcleos da APUR em cada Centro de ensino. Ainda relacionado ao fortalecimento e consolidação da APUR, ficou decidido que fosse criado um fórum permanente de debates em cada Centro de ensino sob a coordenação dos representantes sindicais, e que tal fórum contemplasse debates sobre as questões que envolvam as melhorias das condições de trabalhos d@s docentes, o desenvolvimento da UFRB e a carreira docente. Será um dos objetivos desse fórum pensar e aprofundar as propostas existentes sobre a carreira docente. Foi aprovado pelos(as) presentes uma posição contrária à minuta de PL sobre a carreira docente apresentada pela SRH/MPOG, em virtude do avanço na precarização e intensificação do trabalho docente presente na mesma, e reivindicamos a presença do MEC nas negociações sobre a carreira docente.

Dois Grupos de Trabalho foram criados durante os debates, a saber: GT01 – Capacitação e Fixação d@s Docentes e GT02 - Precarização do Trabalho Docente. Tais grupos terão por objetivo a realização de documentos, palestras, informes, seminários e encontros com o intuito de enfrentar o conjunto de problemas relativos às suas respectivas temáticas.

O **GT01 – Capacitação e Fixação d@s Docentes** nasce da constatação de que é necessário se criar uma política clara de capacitação d@s docentes, posto que se trata de

um direito. Salienta-se aqui que o número atual de doutores não é compatível com o número de doutores proposto pelo PDI/UFRB (409 até 2014), o que demonstra a necessidade de criação de uma política institucional de fomento à capacitação. Uma política que atenda os(as) docentes em processo de mestrado e doutoramento posto que, em alguns casos, os mesmos acabam sendo colocados numa situação de ilegalidade, diante dos regimentos e resoluções existentes. Nesse sentido é preciso que tal política venha para eliminar os desvios existentes nesse campo.

Contudo, é preciso que a política institucional aqui reclamada atenda articuladamente a capacitação e a fixação d@s docentes. Nesse sentido, é preciso estudar e alterar as atuais resoluções que regulam a matéria. Foram indicados como coordenadores: Ronaldo Bahia (CFP), Eder Rodrigues (CCS), Marcos Teixeira (CCAAB), Nilton Cardoso (CETEC), Herbert Martins (CAHL).

O **GT02 - Precarização do Trabalho Docente** surge da constatação de que se faz urgente rever os critérios de avaliação d@s docentes e as atuais condições de trabalho na UFRB. Que a Comissão Permanente de Avaliação Docente - CPAD e a Comissão de Progressão dos Docentes dialoguem com os docentes, que elas sejam transparentes. Criticou-se a lentidão da Comissão de Progressão e os prejuízos derivados da morosidade e do excesso de burocracia. A APUR reclama para si a responsabilidade de organizar a eleição dos membros dessas comissões.

Ainda sobre a Comissão de Progressão questionou-se a falta de divulgação e objetividade dos requisitos para a progressão, bem como dos procedimentos inadequados da referida Comissão. Nesse sentido, foi proposto a revisão das resoluções que regulam a matéria. Foram bastante questionados os atuais instrumentos de avaliação em vigência, a saber: PITs, RITs, RADs, RAADs. Foram indicados como coordenadores: David Romão Teixeira (CFP), Luiz Paulo Jesus de Oliveira (CFP), Urbanir Santana Rodrigues (CCS), Rodrigo Pires do Nascimento (CCAAB), Jesus Manuel Delgado Mendez (CCAAB), Gabriele Grossi (CAHL), Nilton Cardoso (CETEC).

Por fim, foi apontado como necessidade primeira da APUR a sua estruturação física e orçamentária, no intuito de criar as condições mínimas para a execução de suas atividades e atribuições; também foi indicado que nesse movimento sejam realizadas discussões e informações para construção de um posicionamento sobre a inserção da APUR no movimento sindical nacional.